



A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO NA GUINÉ-BISSAU

THE RELATIONSHIP BETWEEN CIVIL SOCIETY AND THE STATE IN GUINEA-BISSAU

Aladino Fernandes¹

Palavra Chave: Guiné-Bissau; Relação; Sociedade Civil; Estado.

1. Introdução:

A Guiné-Bissau localiza-se na costa ocidental da África, estendendo-se por uma área de 36.125km. A superfície habitável é apenas de 24.800km², devido às terras inutilizadas pelas inundações dos mares fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas periódicas. Sua população é atualmente estimada em cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes. O país ainda é limitado ao norte pela República do Senegal, a leste e ao sul pela República da Guiné-Conakry. Em toda a sua extensão ocidental, a Guiné-Bissau é banhada pelo Oceano Atlântico (AUGEL, 2007).

Além do território continental, acrescenta-se ainda o arquipélago dos Bijagó, com mais de 80 ilhas, sendo muitas delas desabitadas, de vegetação tropical densa, separadas do continente por diversos canais. “O território continental é cortado por rios caudalosos, como o Geba, o Cacheu, o Corumbal, o Mansoa, o rio Grande de Buba e o rio Cacine, todos com inúmeros braços” (AUGEL, 2007, p.49-50).

E nesse sentido a pesquisa será realizada na Guiné-Bissau.

O texto busca analisar a relação entre a sociedade e o Estado na Guiné-Bissau. Para isso, procura contribuir no entendimento das relações que existem entre sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau. Decorrente do problema de pesquisa questiona-se: Quais são as relações existentes entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau?

¹ E-mail: aladinofer2014@outlook.com



Nesta pesquisa utilizamos procedimento metodológico como possibilidade gerar uma reflexão sistemática, controlada e crítica, permitindo assim ao entrevistador e levantar novas reflexões políticas e sociológicas nas relações de sociedade civil e Estado. Assim sendo, prioriza tratamentos científicos através da utilização formal de métodos de pensamentos reflexivos, permitindo assim ao pesquisador seguir um caminho para chegar à realidade sobre um determinado assunto (LAKATOS, 2010). Na perspectiva de Gilberto Andrade Martins são chamados de métodos da pesquisa e poder ser qualitativos e quantitativos, (MARTINS, 2009). Nesse olhar, nossa pesquisa será baseada na abordagem qualitativa.

Segundo Creswell (2010), os métodos qualitativos surgem como uma abordagem diferente de investigação acadêmica quando comparada àquela dos métodos da pesquisa quantitativa. Deste modo, a pesquisa envolverá o levantamento bibliográfico, documental e estudos de campo. No estudo de campo será utilizada a técnica da observação participante. Na contribuição de Eva Maria Lakatos percebemos que a pesquisa participante consiste em permitir uma participação real do pesquisador na comunidade ou grupo, “ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele” (LAKATOS, 2010, p.177).

No atual cenário político da Guiné-Bissau, devido a vários conflitos internos, que envolve a sociedade civil, o Estado e os partidos políticos. Haja vista que desde os anos 1990, com a implementação da democracia o país e as primeiras eleições gerais que foram organizadas nos anos de 1994, até a data atual, nenhum governo eleito pelo povo conseguiu terminar o seu mandato devido às intervenções militares motivadas pelos partidos políticos ou pelas próprias organizações da sociedade civil, que costumam apoiar umas das partes envolvidas nos conflitos.

Como salienta M´bunde (2017),

“a proliferação de partidos na Guiné-Bissau, resultante da abertura democrática na primeira metade da década de 1990, deu acesso a um contínuo período de recorrentes crises políticas no país, ao longo da primeira década de 2000. Esse quadro político caótico é caracterizado por vários episódios de interrupções do normal funcionamento da vida política e institucional do país. O referido círculo vicioso de instabilidade



política é decorrente de golpes de Estado e, sobretudo, de destituições de governos através da criação/fabricação de novas maiorias e minorias parlamentares” (M’BUNDE, 2017, p.45).

De acordo com o M’bunde (2017), de 2002 a 2016, experimentou-se na Guiné-Bissau uma série de interrupções de legislaturas, em função da demissão de governos. Geralmente, essas deposições de governos são exercidas pelo Presidente da República, que conta mormente com apoio político-partidário e parlamentar para fazê-lo. Não se trata de nenhum tipo de autocracia ou ditadura do Presidente, muito pelo contrário, são as condições político-partidárias que se criam conjuntamente, que levam o Chefe de Estado a adotar recorrentemente este comportamento político. “Ao longo deste período temporal, nenhuma legislatura ou governo democraticamente constituído conseguiu cumprir o tempo do seu mandato” (M’BUNDE, 2017, p.52).

A Constituição da República da Guiné-Bissau assegura quatro anos de mandato aos governos constituídos, “entretanto as sistemáticas deposições de governos têm sido entrave para a normal continuidade institucional e política, tendo esse fato comprometido o processo da democratização do país” (M’BUNDE, 2017, p.52).

Nesse sentido, o tema em questão fez despertar a intenção de analisar e compreender as relações entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau. Nesta reflexão,

a sociedade é uma coletividade de indivíduos reunidos e organizados para alcançar uma finalidade comum, supõe organização permanente e objetivo comum. De modo mais analítico, e acentuando outros atributos, podemos dizer que uma sociedade é a união moral de seres racionais e livres, organizados de maneira estável e eficaz para realizar um fim comum e conhecido de todos (Cf. Jolivet – Traité de Philosophie, I, pag. 283). O Estado, portanto, é uma sociedade, pois se constitui essencialmente de um grupo de indivíduos unidos e organizados permanente para realizar um objetivo comum. E se denomina sociedade política, porque, tendo sua organização determinada por normas de Direito positivo, é hierarquizada na forma de governantes e governados e tem uma finalidade própria, o bem público (AZAMBUJA, 1996, p.2).

Segundo Teixeira (2015), as relações entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau se situam no cenário global a partir de uma configuração particular



que combina três níveis, que são: a relação entre Estado, ONGs e associações comunitárias, impulsionadas pelos projetos financiados pelas agências internacionais de desenvolvimento; a relação entre o Estado, organizações e grupos da sociedade civil, pré-existentes à independência, em virtude do monopólio e do clientelismo no âmbito da intermediação partidária; e, finalmente, a relação a partir da tentativa de articulação de redes de debates e sugestões no âmbito das organizações e grupos da sociedade civil.

Deste modo, a questão do equilíbrio social, segurança e paz, direito e desenvolvimento foi percebida como ausência do Estado em sua relação social. Assim essa alienação é compreendida como consequência da falta de justiça para que as demandas estejam satisfeitas e reconhecidas como legítimas e, logo passem a fazer parte da própria noção de direito na relação entre a sociedade civil e o Estado.

Da mesma forma, Barros (2014) salienta que podemos considerar que o contributo mais significativo da sociedade civil guineense teve a sua incidência em três polos, que são esses: a) no assegurar os serviços de base (acesso à educação, saúde); b) na promoção dos direitos humanos e da cidadania, em particular das crianças e mulheres; c) na informação, sensibilização e consciencialização “ambiente, conservação, diversificação da produção” (BARROS 2012, apud BARROS 2014, p.42).

Para Tipote (2014 apud BARROS 2014, p. 42),

“os constrangimentos diversos condicionaram o desenvolvimento do potencial desses atores, desde a sua própria incapacidade funcional, derivada das fragilidades de expressão institucional e das limitações de recursos financeiros e humanos, até problemas de competitividade e de protagonismo entre vários grupos e tendências”. Por isso, contribuiu bastante para que a sua participação ativa no processo político tenha sido limitada, contudo não é por falta de espaço ou de manobra, entretanto, fundamentalmente pela falta de coesão, bem acessível durante o golpe de Estado de abril de 2012.

Do nosso ponto de vista na relação Estado e sociedade civil, presume-se que não houve uma política séria por parte dos sucessivos governos da Guiné-Bissau, tampouco por parte das organizações da sociedade civil, no sentido de



tentar conscientizar a população a nível nacional, para explicar qual é o papel do Estado e da sociedade civil sobretudo os partidos políticos, bem como quanto às suas limitações, que muitas das vezes acabam por interferir na política do Estado, que com o apoio dos militares acaba por criar um clima de instabilidade política no país. Considerando as contribuições de Azambuja (1996), Teixeira (2015) e Barros (2014), torna-se perceptível problematizar os fatores determinante do desequilíbrio social como crise.

A questão de desequilíbrio social, segurança e paz, direitos e desenvolvimento são compreendidos como ausência do Estado em sua relação social. Essa alienação é interpretada como consequência da falta de justiça para que as demandas sejam satisfeitas e reconhecidas como legítimas e, portanto, passem a fazer parte da própria noção de direitos na relação entre a sociedade civil e o Estado. Assim sendo, a justiça e respeito efetivo no uso da constituição reforça o equilíbrio como possibilidade de geração de uma nova sociedade democrática.

Podemos considerar que o surgimento e multiplicação dos partidos políticos, as ONGs, organizações comunitárias é resultado de uma aproximação de relações de equilíbrio, mesmo sendo interrompidos pelas greves, derrube de governo e sobretudo golpes de estado. Como se percebe que a Guiné-Bissau, a partir do dos anos 90, com abertura do processo democrático, começa a relação entre sociedade e Estado na Guiné-Bissau no ano de 1990. Com implementação da democracia na Guiné-Bissau, traz uma coisa importante para o país por deixar de ser regime único com um só partido político que era liderado pelo Partido Africano para Independência de Guine e Cabo-Verde (PAIGC).

Isso nos mostra que a Guiné-Bissau já enfrentou várias crises políticos internas desde os anos 90, que pela primeira vez o país experimentou o processo político democrático. Portanto, com esses vários conflitos entre os partidos políticos, e com a interferência da sociedade civil no meio deles e dos militares, isso que chamou a minha atenção a esse tema: de pesquisar a relação entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau.



Referências:

- AUGEL, Moema Parente. **O Desafio do Escombro: Nação, Identidade e Pós-Colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BARROS, Miguel. **A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, Desafios e Perspectivas**. Guiné-Bissau, 2014.
- KOLOGY, Andressa. **Relações Entre estado e Sociedade Civil: Reflexões sobre perspectivas democráticas**. Aurora, ano V número 8 – agosto de 2011.
- M'BUNDE, Timóteo Saba. **Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau**. Almanaque de Ciência Política, Vitória, vol. 1, 2017.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- Creswell JW. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre (RS): Artmed; 2010.
- LOKATOS, Eva Maria. **Fundamento de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.